Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social

GOVERNO DO PARÁ

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 002/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM, POR INTERMÉDIO DO **GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**, ATRAVÉS DA **SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP** E A **PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA/PA,** PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **ESTADO DO PARÁ**, por meio **SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL/SEGUP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.054.925/0001-01, com sede à Avenida Almirante Barroso, nº 735, Bairro São Brás, CEP: 66.093-031, Belém/PA, neste ato representado pelo seu Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, o **Sr. ED-LIN ANSELMO DE LIMA - CEL. QOPM**, brasileiro, residente e domiciliado na Cidade de Belém/PA, portador da **Matrícula Funcional n°.** 5773806, nomeado pelo Decreto Governamental de 09 de janeiro de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará n° 36.494, **Protocolo:** 1282527;

E a **PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA/PA**, inscrita no CNPJ/MF sob o **nº 04.144.150/0001-20**, com sede na Av.Xingu, nº 394, Bairro Centro, CEP: 68557-037 - Xinguara/PA, doravante denominada **ADERENTE**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. **OSVALDO DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO JÚNIOR**, brasileiro, residente e domiciliada no Município de Xinguara, que;

RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, sujeitando-se as disposições contidas no **art. 184 da Lei nº 14.133**, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, **Decreto n° 11.531, de maio de 2023** e **Decreto nº 3.302**, de 02 de agosto de 2023, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a cooperação mútua entre os partícipes visando à adesão do **ADERENTE** ao Plano Estadual de Segurança Pública, da **Política Estadual de Apoio aos Órgãos Municipais de Segurança Pública - PEOSP**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE DA PEOSP

2.1. A **PEOSP**, tem por diretriz a integração do **Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS**, com as organizações municipais de segurança pública, a simplicidade, a convergência de propósitos entre as instituições, com o comprometimento de seus agentes e o resultado.

2.2. A **PEOSP** no limite do estabelecido no **Decreto nº 2.409, de 2 de Junho de 2022**, compete à execução das seguintes ações:

a) operações integradas do **Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS)** com as organizações municipais de segurança pública, fazendo uso de coleta, tratamento e análise de dados para a produção e difusão de conhecimento, além de operações exploratórias e sistemáticas com atuação coordenada e autônoma, governança e padronização de procedimentos;

b) capacitações junto às organizações municipais de segurança pública, por meio de cursos, treinamentos operacionais, estágios, nivelamento de conhecimento e intercâmbio dos profissionais envolvidos diretamente nas ações da **Política Estadual de Apoio aos Órgãos Municipais de Segurança Pública - PEOSP**; e

c) aquisições, repasses e cessões de uso de veículos, materiais, equipamentos, sistemas informatizados, sistemas e equipamentos de comunicação, armamentos e munições, observadas as articulações entre a **Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP** e as organizações municipais de segurança pública, as quais propiciem o aparelhamento das instituições envolvidas, interoperabilidade e sincronização das atividades.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DO PEOSP

3.1. Analisar as solicitações dentro dos limites operacionais, em número adequado ao uso pelo **ADERENTE**.

3.2. Disponibilizar o acesso às plataformas, sistemas, serviços e dados da **SEGUP**, observadas eventuais restrições impostas e dentro dos limites e abrangências compatíveis com a competência do **ADERENTE**.

3.3. Executar integralmente o objeto, conforme ofertado na proposta de doação, observados a legislação em vigor, bem como as orientações complementares do **ADERENTE**.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES DO ADERENTE

4.1. Indicar, formalmente, representante titular e suplente para, dentre outras atribuições de fiscalização, prestar contas por meio de relatórios periódicos de informações e prestação de contas.

4.2. Indicar agente público que será responsável por realizar e manter a configuração do ambiente da instituição nas plataformas disponibilizadas pela **SEGUP**.

4.3. Apresentar relatórios periódicos de informações e de prestação de contas, conforme definições gerais e detalhadas emanadas do Comitê-Gestor.

4.4. Assegurar o cumprimento do presente Termo de Cooperação e das regras da **Política Estadual de Apoio aos Órgãos Municipais de Segurança Pública - PEOSP** e da **SEGUP**, sob pena de descredenciamento e rescisão do presente instrumento.

4.5. Assegurar o uso regular e lícito, por parte de seus agentes públicos, dos itens disponibilizados na **PEOSP**.

4.6. Não distribuir e não permitir que se distribuam a terceiros de qualquer espécie os insumos e produtos recebidos por meio da **SEGUP**.

4.7. Utilizar os veículos e/ou bens disponibilizados, **obrigatoriamente**, no uso exclusivo dos órgãos de trânsito e/ou guarda municipal aderente, sendo vedada sua distribuição para fim diverso ao estipulado na **PEOSP,** inclusive, entre si.

4.8. É vedado ao **ADERENTE** a **descaracterização do veículo e/ou bem doado** com a **logomarca** do **Governo do Estado,** para utilização exclusiva na **PEOSP.**

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. Não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente instrumento.

5.2. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

5.3. Os serviços decorrentes do presente instrumento serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo quaisquer remunerações pelos mesmos.

5.4. As dotações ou destinações de verbas específicas, que venham a ser objeto de negociação, serão devidamente processadas, na forma da lei, sempre mediante instrumento próprio.

5.5. A **SEGUP** e o **ADERENTE** responsabilizar-se-ão pela remuneração de seus respectivos servidores, designados para as ações e atividades previstas neste instrumento, como de quaisquer outros encargos a eles pertinentes.

5.6. Os custos decorrentes da operacionalização para o acesso à **PEOSP** serão arcados pelo **ADERENTE.**

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. Este instrumento entrará em vigor na data da assinatura e sua vigência será de **24 (vinte e quatro) meses**, prorrogável no interesse mútuo dos partícipes.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA MODIFICAÇÃO

7.1. O presente instrumento **poderá ser alterado**, no todo ou em parte, **mediante termo aditivo,** e com concordância expressa dos partícipes, vedada a modificação e da previsão de inexistência de repasse financeiro.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

8.1. O presente instrumento poderá ser denunciado ou, em caso de infração a qualquer uma de suas cláusulas, rescindido de pleno direito, unilateralmente, a qualquer tempo, mediante notificação escrita ao outro signatário, com antecedência mínima de **30 (trinta) dias**.

8.2. O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de no mínimo **30 (trinta) dias**, nas seguintes situações:

a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do presente instrumento; e

b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

9. CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1. O presente instrumento será publicado pela **SEGUP**, em forma de extrato no Diário Oficial do Estado, no prazo de até **10 (dez) dias** contados de sua assinatura, nos termos da legislação em vigor.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS E DAS CONTROVÉRSIAS

10.1. As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

10.2. As controvérsias relacionadas às áreas técnicas que ocorrerem durante a vigência deste instrumento serão solucionadas pelas áreas técnicas indicadas pelos signatários.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. As questões relacionadas à execução do presente instrumento e dos instrumentos específicos dele decorrentes que não possam ser dirimidas administrativamente serão submetidas à **Procuradoria Geral do Estado do Pará**.

Belém/PA, de de 2026.

ED-LIN ANSELMO DE LIMA, CEL. QOPM
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

OSVALDO DE OLIVEIRA ASSUNCAO JUNIOR:12617610144

Assinado digitalmente por OSVALDO DE OLIVEIRA ASSUNCAO JUNIOR:12617610144
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=15555884000118, OU=Presencial, OU=Certificado PF A3, CN=OSVALDO DE OLIVEIRA ASSUNCAO JUNIOR:12617610144
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2026-01-26 12:00:12
Foxit Reader Versão: 9.6.0

OSVALDO DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO JÚNIOR
Prefeito de Municipal de Xinguara

TESTEMUNHAS:

1. NOME:_____ 2. NOME:_____
CPF Nº CPF N°

Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social — GOVERNO DO PARÁ

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS DOS PARTÍCIPES:

Órgão/ Entidade Partícipe: **SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP**			
CNPJ: 05.054.952/0001-01			
Endereço: Avenida Almirante Barroso, nº 735, Bairro São Brás.			
Cidade: Belém	**UF:** PA	**CEP:** 66.093-031	**Telefone:**
Responsável pela Instituição: **ED-LIN ANSELMO DE LIMA, CEL. QOPM**			**CPF:**
CI/Órgão Expedidor:	**Cargo:** Secretário de Segurança Pública e Defesa Social		**Função:** Secretário de Segurança Pública e Defesa Social

Órgão/ Entidade Partícipe: **PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA**			
CNPJ: 04.144.150/0001-20			
Endereço: Av. Xingu nº 394			
Cidade: Xinguara	**UF:** PA	**CEP:** 68557-035	**Telefone:**
Responsável: **OSVALDO DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO JÚNIOR**			**CPF:**
CI/Órgão Expedidor:	**Cargo:** Prefeito		**Função:** Prefeito

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO:

2.1. Título dos Projeto: **Termo de Cooperação Técnica n° 002/2026**	**Período de Execução** **24 (vinte e quatro) meses**
2.2. Identificação do Objeto: O objeto deste instrumento é a cooperação mutua entre os partícipes visando à adesão do **ADERENTE** ao **Plano Estadual de Segurança Pública**, da **Política Estadual de Apoio aos Órgãos Municipais de Segurança Pública - PEOSP**, a fim de viabilizar ações de operações integradas, capacitações junto às organizações **Municipais de Segurança Pública** e aquisições, repasses e sessões de bens que propiciem o aparelhamento das instituições envolvidas.	
2.3. Justificativa da Proposição: O presente Termo de Cooperação Técnica encontra seu amparo legal ao atendimento as condicionantes no **Decreto Estadual nº 2409, 02 de junho de 2022**, e legislação correlata a	

Lei Federal 13.675 de 11 de junho de 2018, visando fortalecer os sistemas municipais de segurança, por meio de parcerias com as organizações municipais de segurança pública.

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

Para a execução do presente **Termo de Cooperação Técnica** não haverá transferência de recursos financeiros entres os partícipes signatários, cuja as despesas necessárias à plena execução do objeto acordado, correrão por conta das dotações orçamentarias específicas constantes nos respectivos orçamentos dos partícipes.

4. ACOMPANHAMENTO:

O acompanhamento e supervisão serão realizados pelo **Secretário Executivo do GGI**, para avaliar o desenvolvimento através de relatórios periódicos de informações e prestações de contas que serão encaminhados pelo **ADERENTE**.

5. DECLARAÇÃO:

Na qualidade de representante da **SEGUP** e sob os termos da lei, declaro para fins de prova, para os efeitos e sob as penas do art. 299, do Código Penal Brasileiro, que inexiste mora ou débito junto a qualquer órgão ou Instituição Pública Federal, Estadual, Municipal e/ou iniciativa privada de recursos e dotações, na forma deste **Plano de Trabalho**.

6. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO:

E por estarem de pleno acordo com os termos estipulado no **Plano de Trabalho**, as partes cooperantes permanentes o aprovam, firmando-o em **02 (duas) vias** de igual teor e forma.

Belém/PA, de de 2026.

ED-LIN ANSELMO DE LIMA, CEL. QOPM
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP/PA.

Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social

GOVERNO DO PARÁ

OSVALDO DE OLIVEIRA ASSUNCAO JUNIOR:12617610144

Assinado digitalmente por OSVALDO DE OLIVEIRA ASSUNCAO JUNIOR:12617610144
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=15555884000118, OU=Presencial, OU=Certificado PF A3, CN=OSVALDO DE OLIVEIRA ASSUNCAO JUNIOR:12617610144
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2026-01-26 12:10:56
Foxit Reader Versão: 9.6.0

OSVALDO DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO JÚNIOR
Prefeito Municipal de Xinguara/PA.

Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social — GOVERNO DO PARÁ

ANEXO I - AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° 002/2026
PEOSP - MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

A **SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP**, firmou com o **Departamento de Trânsito de Xinguara/PA**, por intermédio de sua **PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA/PA** - Aderente, o **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 002/2026 - PEOSP** a qual referencia esta Matriz de Responsabilidade validada pelos partícipes.

1. INFORMAÇÕES INICIAIS

Título	Adesão das Secretarias Municipais de Segurança Pública à **Política Estadual de Apoio aos Órgãos Municipais de Segurança Pública (PEOSP)**.
Duração	**24 (vinte e quatro) meses**, prorrogável no interesse mútuo dos partícipes.
Descrição	I- A **PEOSP**, tem por diretriz a integração do **Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS**, com as organizações municipais de segurança pública, a simplicidade, a convergência de propósitos entre as instituições, com o comprometimento de seus agentes e o resultado. II- A **PEOSP** no limite do estabelecido no **Decreto nº 2.409, de 2 de Junho de 2022**, à execução das seguintes ações: d) operações integradas do **Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS)** com as organizações municipais de segurança pública, fazendo uso de coleta, tratamento e análise de dados para a produção e difusão de conhecimento, além de operações exploratórias e sistemáticas com atuação coordenada e autônoma, governança e padronização de procedimentos; e) capacitações junto às organizações municipais de segurança pública, por meio de cursos, treinamentos operacionais, estágios, nivelamento de conhecimento e intercâmbio dos profissionais envolvidos diretamente nas ações da **Política Estadual de Apoio aos Órgãos Municipais de Segurança Pública - PEOSP**; e f) aquisições, repasses e cessões de uso de veículos, materiais, equipamentos, sistemas informatizados, sistemas e equipamentos de comunicação, armamentos e munições, observadas as articulações entre a **Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP** e as organizações municipais de segurança pública, as quais propiciem o aparelhamento das instituições envolvidas, interoperabilidade e sincronização das atividades.

Instituições que utilizarão à Política	Secretarias Municipais de Segurança Pública; Guardas Municipais; Órgãos Municipais de Trânsito.

2. DAS CONDIÇÕES

2. 1. A presente matriz de responsabilidades contempla atividades gerais necessárias ao acesso e integração de informações no âmbito da **PEOSP**.

2.2. O **ADERENTE** compromete-se a fornecer e atualizar os dados e informações, bem como cumprir as demais cláusulas desse instrumento.

2.3. O integrante que deixar de fornecer ou de atualizar seus dados e informações poderá ser descredenciado, o que implica em imediato cancelamento do acesso às ferramentas e dados disponibilizados no âmbito da Política.

2.4. É dever dos partícipes promover a articulação entre os atores e implementar mecanismos que garantam a efetividade da cooperação.

2.5. O **ADERENTE** deverá constituir mecanismo de gestão, com os respectivos responsáveis e responsabilidades, sob a orientação da **SEGUP**, para integração efetiva à Política.

2.6. Os detalhes da estrutura de gestão serão acordados entre as partes, tais como a garantia de prioridade de uso da solução fornecida, atribuições específicas dos gestores, conforme disposto neste instrumento.

3. PLANO DE COMUNICAÇÃO

3.1. Reunião presencial/remota, por convocação extraordinária, com o envolvimento da alta gestão para a avaliação e aperfeiçoamento da cooperação.

3.2. Reunião presencial/remota, por convocação extraordinária da equipe responsável pela implantação da Política no **ADERENTE**, tendo por objetivo o planejamento integrado e acompanhamento das atividades.

3.3. Interlocução com canais de imprensa, oportunamente, tendo por objetivo a divulgação das principais ações e resultados obtidos com a implantação e uso da Política.

3.4. Visitas técnicas a serem realizadas oportunamente, tendo por objetivo a realização de avaliação da implantação, uso e expansão da Política.

4. PLANO DE RECURSOS HUMANOS E RESPONSABILIDADES

4.1. Atores envolvidos com a viabilização e execução da presente cooperação:

4.1.1. GESTORES DA SEGUP

Cargo/Função	Responsável	Órgão
Secretário de Estadual de Segurança Pública e Defesa Social	Ed-Lin Anselmo de Lima, Cel. QOPM	**SEGUP/PA**
Secretário Executivo do Gabinete de Gestão Integrada Estadual	Geraldo Magela da Silva Falcão Júnior	**SEGUP/PA**

4.1.2. GESTORES DO ADERENTE

Cargo/Função	Responsável	Órgão
Gerente	Kleane Ferreira dos Santos	Departamento Municipal de Trânsito

5. GLOSSÁRIO (será definido de acordo com o preenchimento do item 4.1.1 e 4.1.2)

5.1. Autoridade signatária **ADERENTE**: maior autoridade do **ADERENTE**, ou outra autoridade que atue por delegação de competência.

5.2. Autoridade signatária da **SEGUP**: Secretário de Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, ou outra autoridade que atue por delegação de competência.

5.3. Secretário Executivo do Gabinete de Gestão Integrada da **SEGUP**: agente público responsável pela coordenação e supervisão da execução da cooperação no âmbito da **PEOSP**.

5.4. Secretário Municipal de Segurança Pública: gestor responsável por coordenar a disponibilização da infraestrutura necessária do **ADERENTE** e a configuração do ambiente do **ADERENTE** nas plataformas disponibilizadas pela **SEGUP**.

5.5. Superintendente da Guarda Municipal: agente público dos quadros do **ADERENTE** responsável pela gestão de usuários e pela aprovação de dados cadastrais, inclusive as alterações, como alteração de e-mail e telefone.

5.6. Chefe de Divisão de Relações Institucionais e Cidadania: responsável pelo **ADERENTE**, como ponto focal para assuntos administrativos, junto à **SEGUP** que, dentre outras atribuições de fiscalização, deve prestar contas por meio de relatórios periódicos de informações e prestação de contas.

Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social — GOVERNO DO PARÁ

6. APROVAÇÃO E ASSINATURA

6.1. E, por estarem justas e acordadas entre os partícipes as condições desta Matriz de Responsabilidades, **APROVAM e ASSINAM** este instrumento, para que produza seus efeitos jurídicos e legais em juízo e fora dele.

Belém/PA, de de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br
ED LIN ANSELMO DE LIMA
Data: 03/02/2026 17:47:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ED-LIN ANSELMO DE LIMA, CEL. QOPM
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará

OSVALDO DE OLIVEIRA ASSUNCAO JUNIOR:12617610144

Assinado digitalmente por OSVALDO DE OLIVEIRA ASSUNCAO JUNIOR:12617610144
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=15555884000118, OU=Presencial, OU=Certificado PF
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2026-01-26 11:51:31
Foxit Reader Versão: 9.6.0

OSVALDO DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO JUNIOR
Prefeito Municipal de Xinguara/PA

ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2025/3496572

Anexo/Sequencial: 33

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2018.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: MIGUEL ÂNGELO SOUSA CORRÊA, **CPF:** ***.083.662-**

Em: 03/02/2026 17:57:18

Aut. Assinatura: 3c7824a2f04fbcd54cfe9ef8f21f49f09bf3445663d10d62e9e7a77455962d9d

Identificador de autenticação: de5b69e4-096e-452b-a4a6-6f0c2a79a65f

Confira a autenticidade deste documento em https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo